



«MOÇAMBIQUE»

As campanhas de pacificação nas emissões do BNU

Na década de 1950 e 1960, o Banco Nacional Ultramarino lançou na então colónia de Moçambique, a ‘emissão Heróis da Ocupação’. Esta evocava um dos momentos da história colonial de Portugal da viragem do século XIX-XX. Este ocorreu no seguimento das determinações da Conferência de Berlim de 1884/85 para a partilha de África entre nações europeias e para a efetiva ocupação dos territórios ultramarinos reclamados, em que Portugal teve de engendrar sucessivas campanhas militares para a pacificação dos habitantes autóctones das várias colónias portuguesas africanas, mas também de outros continentes.

* * *

A 1 de novembro de 1949, o departamento da Inspeção Geral do Ultramar-Circulação Fiduciária (IGU) do BNU enviou cartas aos representantes nacionais de três casas fabricantes britânicas de papel-moeda para a produção de dois milhões de notas de 50 e 100 escudos, que se pretendiam para circular na então colónia de Moçambique. Estas notas iriam ser as primeiras do que depois se constituiu e denominou internamente como a ‘emissão Heróis da Ocupação’.

Esta ‘emissão Heróis da Ocupação’ pretendia selecionar figuras históricas que tiveram participação nas campanhas de ocupação militar de Moçambique, que começaram na última década do século XIX e foram concluídas nos anos que antecederam o início da I Guerra Mundial.

Com este motivo condutor, os serviços do BNU ponderaram sobre o uso de várias individualidades associadas a esse período para figurarem como efígies nas notas. Algumas das figuras históricas ponderadas inicialmente foram: Eduardo da Costa, Aires de Ornelas, Freire de AndradePaiva Couceiro, Eduardo Galhardo, Caldas Xavier ou Mousinho de Albuquerque. Aliás, este período da história moçambicana havia sido evocado na emissão anterior desta ex-colónia, utilizando a efígie do comissário régio desse período, António Ennes.

No início da segunda metade do século XIX, a então colónia de Moçambique era considerada como um conjunto disperso de feitorias e postos militares isolados. Muitos



deles não tinham qualquer ligação terrestre segura e, por isso, a via marítima e/ou fluvial eram os meios de comunicação a que colonos e autoridades portugueses recorriam.

A colónia, em 1850, encontrava-se organizada administrativamente por distritos, cada um gerido por um governador, mais um governador-geral sediado no distrito da primeira capital colonial: Moçambique (ilha) – que equivaleria ao atual distrito moçambicano de Nampula. Os restantes distritos eram, de sul para norte: Lourenço Marques (atual Maputo); Inhambane (posteriormente separado para dar origem ao distrito de Gaza); Sofala (idem para o distrito de Manica); Tete; Sena (posteriormente incorporado no de Sofala); Quelimane (atual Zambézia); Cabo Delgado (posteriormente separado para criar o distrito do Niassa).

As capitais destes distritos e as terras envolventes eram os focos da presença portuguesa em Moçambique e onde a soberania portuguesa realmente imperava porque não tinha, até então, logrado penetrar para o interior da sua possessão da África oriental. Por exemplo, o governador-geral encontrava-se sediado e aquartelado na fortaleza quinhentista que era a ilha de Moçambique. De facto, tirando alguns postos avançados instalados a montante do rio Zambeze, os portugueses ocupavam essencialmente povoações portuárias ou insulares numa costa que reclamavam de cerca de 2.400 km. À parte da presença militar, o assentamento de colonos em Moçambique era, nesta data, um fator residual e concentrado na costa – com exceção da realidade local dos “prazos da coroa” nas margens do Zambeze.

Os militares fixados na ex-colónia efetuavam somente breves incursões no interior e sem se aventurarem muito para além da costa, onde o seu poderio naval lhes dava a primazia. Estas tropas eram a maioria das vezes compostas de degredados portugueses e de soldados naturais da ex-colónia ou da Índia Portuguesa (os denominados sipaios).

A Conferência de Berlim e a cobiça de outras potências coloniais (Reino Unido, Transvaal, Alemanha) das terras que Portugal reclamava, forçaram para que este balanço de forças entre portugueses e africanos autóctones se alterasse. Com termos influenciados da Conferência, Eduardo da Costa defendia que sem a prévia ocupação militar não havia domínio efetivo e, portanto, não havia colonização. Este militar foi um dos que interveio diretamente nas campanhas de pacificação no sul de Moçambique e esta afirmação foi a filosofia que os militares portugueses seguiram nessas campanhas. Estas depois estenderam-se para a completa ocupação colonial portuguesa da restante colónia. Para tal, foram enviadas de Lisboa treze expedições militares: em 1891 e entre 1894 e 1901: 1 em cada ano, 3 no ano de 1896 e 2 nos anos de 1900 e 1901. Nestas, foram destacados cerca de 7 mil homens.



Nessa época de finais do século XIX, no sul de Moçambique, as terras em torno da cidade de Lourenço Marques eram habitadas por vários regulados tsongas (os portugueses de então denominavam-nos por landins) que eram tributários do reino de Gaza ou independentes – em ambos os casos significava que não pagavam qualquer imposto aos portugueses. Somente no centro (na curva do rio Incomati até ao Tembe) residiam as populações verdadeiramente vassalas.

O mencionado reino de Gaza – que seria depois opositor das campanhas portuguesas – tinha sido fundado (1838-40) aquando das deslocações para norte da etnia dos angunes (designados vátuas pelos portugueses), expulsos pela expansão zulu (mfecane) dos inícios do século XIX. O rei de Gaza (inkosi) ocupou as terras no interior do distrito de Inhambane até ao Incomati, a norte de Lourenço Marques. O seu primeiro governante foi Manicusse. Este reino, cujos líderes eram angunes, teria contado com cerca de 800 a 1 milhão de habitantes das etnias chonas, tsongas e chopes. Gaza assinou no início de dezembro de 1861 um tratado de vassalagem para com a coroa portuguesa, que confirmava a fronteira meridional do reino de Gaza no rio Incomati.

O ponto de viragem que conduziu a que Portugal tomasse uma posição ofensiva para com as populações autóctones ocorreu nos últimos 30 anos do século XIX.

Os impis (regimentos de guerreiros) de Gaza, desde 1884, aquando da coroação do novo inkosi, Gungunhana, faziam razias junto das tribos tsongas e chopes residentes em torno das cidades de Inhambane e Lourenço Marques. Estes ataques eram resultados daquelas tribos terem assinado tratados de vassalagem com os portugueses e recusarem-se a pagar tributo aos governadores de Gaza. Estas razias destabilizavam a já frágil coesão social e relação de poder com as autoridades coloniais, no sentido em que estas incursões instigavam estas populações mais próximas a revoltarem-se, por motivos que iam da insegurança nas terras sob influência portuguesa à revolta contra o peso fiscal colocado por estes últimos.

O momento que chamou a atenção aos governantes em Lisboa sucedeu no ano de 1894.

No mês de agosto desse ano, o régulo tsonga da Magaia (nos arrabaldes de Lourenço Marques), Mahazuli, começou a ostentar publicamente a sua dissidência para com o poder colonial e fechou as linhas de comunicação no centro do distrito e no rio Incomati. Outros régulos tsongas juntaram-se-lhe: Mamatibejana do Mafumo e Amgundjuana da Moamba.

Com receio da invasão da cidade, a população armou-se e barricou a cidade na noite de 23 para 24 de setembro.



Na manhã de 4 de outubro, os tsongas fizeram uma incursão junto a um quartel de polícia e roubaram cabeças de gado. A 9, atacaram uma fazenda e mataram 21 trabalhadores, sendo um deles português. Um ataque a dia 14 foi impedido de avançar sobre a cidade pela artilharia de fortins na periferia. Os dirigentes portugueses suspeitavam que, por trás destas sublevações, estivessem agentes britânicos de Cecil Rhodes¹ a incitar as populações, com o objetivo que o descontrolo social lhes desse pretexto para ocupar o distrito.

A 7 de novembro, sem mais ataques à cidade, as barricadas foram levantadas.

Em Lisboa foi nomeado nesse ano o novo comissário régio, António José Ennes. Este começou por defender junto do conselho de ministros a destruição do poder do reino de Gaza em Moçambique. Segundo ele, era a única alternativa para assegurar a tranquilidade da presença portuguesa e a pacificação das populações africanas revoltosas. Deste modo, o inkosi Gungunhana era descrito como o responsável pela sublevação dos povos do sul de Moçambique ao instigá-los devido à sua tirania e crueldade, sendo descrito pelo próprio António Ennes como um invasor vindo da África do Sul.

Para esta empreitada, selecionou como membros do seu gabinete militar na colónia: o capitão Alfredo Augusto Freire de Andrade; o tenente Henrique Mitchell de Paiva Couceiro; o tenente Aires de Ornelas e Vasconcelos; o capitão Eduardo Augusto Ferreira da Costa. Um ano depois, em 1895, juntar-se-lhes-ia o capitão de cavalaria, Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque. Estes constituiriam o que, posteriormente, os historiadores apedariam de ‘Escola de Ennes’. Estes homens combateriam às ordens de oficiais mais velhos: o coronel Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo e o major Alfredo Augusto Caldas Xavier – este, desde 1877, encontrava-se colocado em Moçambique².

Para figurarem nas denominações de 50 e 100 escudos da ‘emissão Heróis da Ocupação’ de 1950, os serviços do BNU escolheram as efígies de Eduardo da Costa e Aires de Ornelas. Para tal, foram remetidas aos fabricantes fotografias daqueles para que pudessem começar a elaborar os modelos das notas. Ambas as denominações teriam como data de emissão impressa: «16 de Fevereiro de 1950».

Para além das fotografias com os retratos dos dois militares, foi também enviada uma fotografia da porta da fortaleza da Ilha de Moçambique para o verso das futuras notas. Numa carta datada de 14 de novembro de 1949, os serviços do banco solicitam algum trabalho no tratamento desta imagem, na qual requeriam que fossem retirados alguns

¹ Dirigente colonial da companhia majestática, British South Africa Company, que tinha concessão de exploração da Mashonalândia e Matabelelândia, que eram regiões a norte da então colónia do Cabo e que correspondem aos atuais países do Zimbábue e da Zâmbia.

² Com exceção de uma interrupção entre 1887 e 1890, em que esteve a servir uma comissão na Índia Portuguesa.



objetos (uma guarita e um canteiro) que surgem na fotografia original. Foi também pedido que se retirasse uma sombra negra que está projetada de uma coroa esculpida por cima da porta e que oculta parte do escudo nacional por baixo daquela; em virtude da eliminação da sombra, teria depois de ser refeito aquele escudo com os elementos que estavam ofuscados (castelo e quina).

A casa fabricante Thomas de la Rue & Co. Ltd. (TDLR) enviou a sua proposta de orçamento a 29 de novembro de 1949. Esta informava: o preço para a produção, embalagem e expedição para Lourenço Marques; o tipo de papel (filigranado com marca de água) e o método de impressão; prazos para a apresentação das provas e para o embarque das notas (três e quatro meses, respetivamente, após aprovação). Foram também referidos custos adicionais para funcionalidades de segurança fiduciária, se o banco as quisesse aplicar. Estas funcionalidades mencionadas eram marcas secretas, fio de segurança ou faixas de fibras de seda. No dia 16 de janeiro de 1950 foram recebidos pelo BNU os desenhos-modelos para a produção das notas de 50 e 100 escudos.

A proposta da casa fabricante Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd. (BWC) foi expedida em carta datada de 3 de janeiro de 1950.

Após análise de 19 de janeiro da parte dos Serviços Fiduciários aos orçamentos apresentados pelos fabricantes, o BNU atribuiu o contrato de produção à TDLR, por esta apresentar um orçamento mais baixo – este foi reduzido, a 25 de janeiro, de 2.250 libras para 1.350.

Aquando desta redução foram também aceites algumas alterações e inclusões aos desenhos-modelos. Nomeadamente: um fundo de proteção ‘duplex’ multicolor para as frentes; um fundo irizado para os versos; maior nitidez da data de emissão; tonalidade da nota de 50 escudos. Na resposta, estas modificações não vinham atendidas totalmente nos novos desenhos-modelos, alegando o fabricante que aplicariam as alterações nas provas definitivas de modo a não alongar a troca de correspondência com o banco. Esta posição foi aceite pelo BNU na condição do fabricante assumir a responsabilidade de eventuais perdas e danos pela demora na entrega das notas, uma vez que as provas ainda teriam de ser apresentadas ao ministro das Colónias para aprovação final. O que implicaria, caso este as rejeitasse, o protelar do início de produção das notas. Esta cláusula ficou explanada e firmada na carta de confirmação da encomenda que o BNU enviou a 3 de abril de 1950. Em resposta, a 25 de abril, o fabricante assentiu a esta condição, estabelecendo como data para entrega das provas definitivas até ao dia 3 de julho.



No dia 26 de maio, o fabricante remeteu amostras do papel a ser utilizado; este continha a respetiva marca de água do brasão de armas de Moçambique. A aprovação, com a devolução de uma das amostras, foi feita pelo BNU a 7 de junho.

Em virtude de necessidades urgentes pelo fornecimento de notas para a ex-colónia de Moçambique, reportadas pelo BNU ao fabricante a 19 de junho de 1950, este último comunicou a 4 de julho que, devido a um atraso no fornecimento do papel pela empresa responsável (Portals Ltd.), a entrega das provas definitivas sofreria um ligeiro atraso de dias mas que iriam, de qualquer modo, cumprir com os prazos estipulados para a entrega das notas. Para tal, referiam os meses de setembro e outubro para a entrega das notas de 50 e 100 escudos, respetivamente. Adicionalmente, e de modo a abreviar todo o processo, a TDLR enviou as provas da primeira denominação em mão por um dos seus diretores ('Chief Technical Executive'), que viajou para Lisboa com esse intuito e para receber de imediato a resposta em relação à aprovação. Esta prova foi depois enviada para aprovação do Ministério das Colónias a 17 de julho.

A confirmação da aprovação foi enviada ao fabricante em carta de 31 de julho. Previamente, essa informação havia sido telegrafada para Londres pelo seu representante português, de modo a acelerar o processo. Na carta foi também enviada a numeração e a distribuição das assinaturas a figurar nas notas, que teriam como permanente a assinatura do vice-presidente do Conselho Administrativo, variando na segunda assinatura que era de um dos administradores. Como sempre, por motivos de segurança, esta numeração e os espécimes das assinaturas foram remetidos em envelope lacrado.

No decorrer de uma comunicação incorreta da parte da casa fabricante, esta foi advertida em carta de 25 de agosto da parte da IGU. Esta advertência deveu-se pela TDLR ter devolvido a numeração reproduzida em correspondência, sem qualquer indicação de remetente e endereçada somente ao BNU sem especificar a Inspeção – que seria o departamento destinatário devido. Esta ação foi uma quebra na confidencialidade requerida para a numeração, uma vez que esta era somente do conhecimento da Secretaria-Geral da Administração que ficava com um exemplar em cofre, enquanto nas minutas da correspondência esta era rasurada. Para além disso, ao terem remetido a correspondência sem destinatário completo, a mesma teve de ser aberta pelos serviços de expediente do banco para poderem fazê-la chegar ao departamento correto, com as demoras daí decorrentes.

A 22 de setembro de 1950, a casa fabricante enviou ao BNU duas provas gravadas para as notas de 100 escudos. Após parecer dos serviços de Circulação Fiduciária do banco sobre a qualidade das provas, o BNU comunicou a dia 26 algumas deficiências e imprecisões



detetadas no trabalho final: pouca nitidez do fundo 'duplex' e imprecisão do fundo irizado. Em resposta, a 7 de outubro, o fabricante indicou que iria enviar duas novas provas de modo a retificar as imprecisões anteriores. Estas novas provas foram entregues em mão pelo seu representante português no dia 17 de novembro. As mesmas tiveram aprovação e, excecionalmente, foram visadas no dia seguinte para dar seguimento à produção das notas, enquanto um segundo exemplar seguiu para o Ministério das Colónias para oficializar. No dia 21 de novembro, a confirmação da encomenda, em conjunto com a seriação para as notas de 100 escudos, foram remetidas ao fabricante.

No dia 1 de outubro de 1950, a quantidade encomendada de notas de 50 escudos foi embarcada em 21 caixas no vapor "Napier Star" para Lourenço Marques. O BNU recebeu esta confirmação no dia 17 do mesmo através do triplicado da factura, da declaração de carga e da cópia do conhecimento.

No dia 12 de janeiro de 1951, a quantidade encomendada, desta feita, das notas de 100 escudos foi embarcada em 18 caixas no vapor "City of Hongkong" para Lourenço Marques. O BNU recebeu esta confirmação no dia 24 do mesmo, com a mesma documentação como no embarque anterior.

Foi reclamado, a 29 de janeiro de 1951, junto da casa fabricante que a filial do BNU de Lourenço Marques identificou o acondicionamento deficiente dos maços de notas de 50 escudos aquando da receção das mesmas. Como a garantia da sua inviolabilidade não estava assegurada devido à sua embalagem pouco segura, tal inconformidade foi transmitida à TDLR para que de futuro tal não voltasse a suceder.

As notas de 50 escudos foram colocadas a circular em Moçambique em janeiro de 1951, enquanto as de 100 escudos começaram no mês de abril.

No dia 5 de março de 1951, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização ao correspondente londrino do BNU, Anglo-Portuguese Colonial and Overseas Bank Ltd., para a transferência do valor para pagamento das faturas referentes ao fornecimento das notas de 50 e 100 escudos.

O detetar, novamente pela filial de Lourenço Marques, de deficiências na estampagem do verso de notas de 100 escudos, nomeadamente na impressão dos seus valores nominais, foi uma anomalia que agastou a administração do BNU para com o serviço prestado pela TDLR. Estes defeitos foram reportados pelo BNU em carta de 9 de agosto de 1951. Como resposta, a 28 do mesmo, a fabricante justificou com uma falha mecânica na impressão de uma das folhas de papel, o que acabou por afetar a correta gravação final de várias notas. Posteriormente, e após se terem identificado os números de série das notas afetadas (78



notas), a casa fabricante sugeriu, em carta de 9 de março de 1953, a impressão de novas notas a substituir aqueles números de série numa futura encomenda de reforço da emissão das notas de 100 escudos. Em contrapartida, o BNU procederia à queima dessas 78 notas e lavraria o consequente ‘Termo de Inutilização’, o que veio a fazer em novembro desse ano.

No seguimento da revolta tsonga, os primeiros regimentos de soldados regulares começaram a desembarcar em Lourenço Marques a 10 de novembro de 1894, provenientes de Lisboa.

No mês de dezembro e no de janeiro de 1895, os regulados rebeldes continuaram a efetuar ataques nas imediações da cidade. Inclusive, um impi enviado por Gungunhana incendiou uma palhota de um subdelegado português próximo do rio Intimane – o que atestou para as autoridades coloniais portuguesas a participação das forças de Gaza na sublevação.

O comissário régio António Ennes desembarcou na ilha de Moçambique a 6 de janeiro de 1895. Este partiu de seguida para Lourenço Marques, onde permaneceu cerca de um ano de modo a poder dirigir as futuras campanhas de pacificação do sul de Moçambique.

Em fevereiro de 1895, ocorreu a primeira das batalhas históricas desta campanha: a de Marracuene. Uma coluna militar portuguesa de 828 homens e comandada pelos majores José Ribeiro Júnior e Caldas Xavier, dirigiu-se para Marracuene (na margem direita do Incomati). Outros oficiais presentes eram Eduardo da Costa, Aires de Ornelas e Paiva Couceiro. Era nessa região que o gabinete militar de António Ennes julgava que se encontravam concentradas as principais forças da resistência tsonga.

A coluna portuguesa tinha o apoio fluvial de dois navios de guerra e acampou em Marracuene no dia 29 de janeiro. A 2 de fevereiro, às 4 da madrugada, quando previam atravessar o rio, o quadrado defensivo português foi atacado por cerca de 2.000 homens dos régulos Mahazuli e Mamatibejana. Um dos lados do quadrado foi penetrado duas vezes; no entanto, as forças portuguesas lideradas por Caldas Xavier – o major Ribeiro Júnior teria entretanto adoecido – conseguiram recompor e em ambas as situações impediram os tsongas do lado de dentro de agruparem com os do exterior. Depois de 2 horas de combate, as tropas portuguesas saíram vitoriosas.

Seguiram-se mais alguns ataques nos dias seguintes mas todos sem sucesso para os revoltosos. A 6 de fevereiro, a coluna regressou a Lourenço Marques para uma parada de vitória nas ruas da cidade.

Este episódio militar entrou no imaginário sociocultural de então, mas também na historiografia portuguesa que, frequentemente, recorreu a ele para descrever, e até justificar,



os feitos de conquista dos portugueses em terras de África. Tendo a expressão “quadrado de Marracuene” entrado no léxico laudatório dos feitos militares celebrados no período de vigência do Estado Novo.

No dia 9 de fevereiro de 1953, o BNU enviou carta a solicitar orçamento de novos valores faciais para a ‘emissão Heróis da Ocupação’. Os novos valores faciais eram 500 e 1.000 escudos e, inserindo-se na temática da emissão, foram selecionadas as efígies de Caldas Xavier e Mousinho de Albuquerque – outras hipóteses avançadas pelos serviços de Circulação Fiduciária do banco foram Eduardo Galhardo e Paiva Couceiro. A necessidade por novos valores faciais deveu-se à preparação para retirar de circulação a emissão que então circulava em Moçambique há mais tempo, que eram as notas da ‘António Ennes’.

Quatro casas fabricantes responderam com as suas propostas: Joh Enschedé em Zonen (Países Baixos), Waterlow & Sons Ltd., TDLR e BWC (Reino Unido). Em informação interna de 17 de abril foram salientadas as qualidades artísticas dos desenhos iniciais e os valores mais baixos do concurso da parte da BWC. Em contrapartida, a casa fabricante adjudicada para a produção das denominações de 50 e 100 escudos desta emissão, a TDLR, apesar de elogiados também os desenhos apresentados, foi recordado o pouco cuidado no fabrico e transporte das notas, bem como as flutuações elevadas nos pedidos de alterações ao orçamento. Foi recordado inclusive o caso passado das 78 notas com estampagem deficiente. Por estes motivos, a empresa adjudicada foi a BWC.

Em 4 de maio de 1953, foi enviada carta à BWC informando da decisão de se optar pela sua proposta. Nessa eram devolvidos os desenhos-modelos e solicitadas algumas alterações ao nível das gravuras e da sua disposição. O firmar da encomenda foi efetuado em carta de 23 de junho, que adjudicava a produção de 300 mil notas de 500 escudos e 200 mil de 100 escudos. Esta reiterava a alteração da marca de água em relação às denominações mais baixas, que assim passaria a representar o busto de Mousinho de Albuquerque. A informação da data de emissão a figurar nas notas ficou pendente, uma vez que estava em falta a gravura com o novo selo do BNU – que estava em fase de substituição pelo banco. Após a implementação do novo selo (1 de junho), o seu modelo foi enviado a 1 de agosto ao fabricante, em conjunto da informação da data de emissão a exarar nas notas: «31 de Julho de 1953» – data da sessão do conselho de administração do BNU onde se tomou esta resolução.

No dia 3 de novembro, a casa fabricante respondeu com o envio das provas definitivas, solicitando resposta da aprovação telegraficamente. No entanto, devido à necessidade de aprovação governamental, a resposta foi somente enviada a 7 de janeiro de 1954.



No dia 10 de junho de 1954, a quantidade encomendada de notas foi embarcada em 10 caixas no vapor “Rhodesia Castle” para Lourenço Marques. O BNU recebeu esta confirmação no dia 21 do mesmo, através da documentação usual.

Estas notas foram colocadas a circular em Moçambique em julho de 1954. No dia 27, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização ao correspondente londrino do BNU para o pagamento das faturas.

O comissário régio António Ennes começou, depois da ofensiva de Marracuene, a preparação para o combate ao inkosi Gungunhana. Para tal, Aires de Ornelas foi enviado em março de 1895, à então colónia do Natal, para adquirir montadas mas também pequenos vapores nos portos sul-africanos e do vizinho colonial a norte, a África Oriental alemã. A campanha militar estava a ser organizada baseando o seu avanço na navegação fluvial pelos rios Incomati, Limpopo e Inharrime, como meios para apoderarem-se do interior do reino de Gaza.

Como medida de preparação, nesse mesmo mês, uma expedição fluvial comandada por Freire de Andrade subiu o Incomati, ocupou as ilhas Chefinas na sua foz e assegurou que as margens ficavam livres de régulos revoltosos. No mês seguinte, a margem direita até Marracuene considerava-se segura. Nesta localidade foi erguido um forte para cimentar a presença portuguesa e passou a designar-se Vila Luísa.

Nesse mesmo mês de março, Eduardo da Costa foi enviado para Inhambane a fim de reconhecer o terreno entre aquela e o Chicomo – mais a sul e a jusante do Inharrime, a alguns quilómetros da capital de Gungunhana, Manjacaze. No final do mês seguinte, o capitão conseguiu, à custo do trabalho de chopes locais, construir uma carreteira a ligar as duas localidades e efetuou o reconhecimento de um itinerário para uma possível invasão de Manjacaze.

Em abril de 1895, o gabinete militar de António Ennes recebeu informações alarmantes em como Gungunhana estaria a reunir os régulos revoltosos de Lourenço Marques para atacar os chopes do distrito de Inhambane, que eram aliados dos portugueses. Para além disso, surgiram também relatos não confirmados de deslocações de angunes da Rodésia, da Suazilândia e do Natal, para se juntarem na defesa do reino de Gaza. Em contrapartida, nesse mês chegaram mais reforços militares vindos de Lisboa.

Com estas forças, as incursões para norte de Lourenço Marques permitiram a submissão e o fim de dois regulados tsongas que se haviam revoltado: a Magaia e o Mafumo. Como os seus chefes Mahazuli e Mamatibejana continuavam fugidos, surgiu novo pretexto para os portugueses invadirem o reino de Gaza: Gungunhana albergava foragidos. Condições para



a entrega dos régulos e a aceitação da soberania portuguesa sobre o seu reino foram enviadas, em junho de 1895, a Gungunhana. Estas foram levadas pelo residente-chefe em Gaza, José Joaquim de Almeida (que também era administrador da Companhia de Moçambique³), acompanhado pelo tenente Aires de Ornelas e uma escolta de lanceiros.

Ao mesmo tempo, António Ennes ordenou que as colunas do sul (de Lourenço Marques) e do norte (Inhambane) se colocassem em marcha.

A coluna do sul dividiu-se num pelotão que seguiu por oeste – comandado por Paiva Couceiro – e outro por leste – comandado por Freire de Andrade. O primeiro ocupou Magude (17 de julho), na margem norte do Incomati. O de leste ocupou Manhiça e Xinavane (dia 13), localidades a sul daquele rio. A norte tinham a região do Khocene, que era considerado território de Gaza.

A coluna do norte, liderada pelo coronel Eduardo Galhardo, secundado por Eduardo da Costa e Mousinho de Albuquerque, chegou a Chicomo no final do mês de julho.

Em agosto de 1895, as condições portuguesas foram aceites por Gungunhana; no entanto, as forças portuguesas teriam de retirar das fronteiras de Gaza, que continuaria a ser um estado soberano para o seu inkosí. O comissário régio, que nessa altura encontrava-se em Inhambane, não as aceitou e ordenou à missão portuguesa de Aires de Ornelas para retirar de Gaza. As tropas portuguesas, já em movimento, foram orientadas para atacar: o norte contra o kraal real (corte angune) de Gungunhana; o sul contra os dois régulos foragidos.

No sul, a 8 de setembro, sucedeu outra batalha histórica da campanha. As forças comandadas por Paiva Couceiro e Freire de Andrade avançaram para Magul, a jusante do Incomati, para capturarem Mamatibejana que aí estava refugido. Nessa localidade, após duas horas de combate, os 275 militares portugueses derrotaram em quadrado militar os cerca de 6.500 guerreiros do régulo. As forças tsongas em maior número que as dos portugueses foram colocadas em fuga. Os portugueses tiveram alguns mortos e feridos, inclusive o próprio Paiva Couceiro. Uma consequência positiva para os portugueses foi que, no dia 20, um régulo do Khocene deslocou-se ao forte de Magude e apresentou a sua vassalagem.

Em junho de 1958, o BNU iniciou o processo de retirar de circulação a totalidade das notas da ‘emissão António Ennes’ de Moçambique. Para tal as notas de 50 e 100 escudos teriam de ser substituídas por novas da ‘emissão Heróis da Ocupação’. No entanto, como existiram algumas alterações institucionais desde a encomenda de 1950 destes valores faciais, as

³ Companhia majestática formada por capitais essencialmente ingleses e franceses, que teve concessão sobre os distritos de Manica e Sofala entre 1891 e 1942. Estes distritos ocupavam terras pertencentes ao reino de Gaza.



chapas teriam de ter algumas modificações. Estas seriam ao nível da atualização do selo do BNU, dos títulos dos cargos de administradores que assinavam, da substituição da palavra “Colónia” por “Província” (devido à reforma administrativa de 1951) e a consequente atualização da data de emissão impressa.

Apesar de alguns inconvenientes ocorridos no passado, o BNU optou novamente por adjudicar a encomenda à TDLR. Por um lado, porque esta era a possuidora das chapas de gravação mas também porque, dado a dimensão desta encomenda (16 milhões e 800 mil notas a serem substituídas) e não querendo perdê-la, a casa fabricante propôs de antemão – via conversa telefónica com um administrador – o fornecimento pelos mesmos preços de um reforço que tinham produzido em 1953. Assim, o pedido por 9.800 mil notas de 50 escudos e 7.800 mil notas de 100 escudos foi formalizado em carta enviada a 30 de julho de 1958, na qual era também informada a nova data de emissão a exarar: «24 de Julho de 1958». Em resposta de 9 de agosto, a casa fabricante previa a entrega das notas em abril de 1959.

As provas gravadas foram enviadas ao BNU a 31 de outubro (50 escudos) e a 24 de novembro (100 escudos). Em resposta de 2 de dezembro, o banco solicitou que fosse aplicada mais nitidez às efígies e às assinaturas.

No dia 17 de dezembro, após receção de novas provas com as alterações requeridas, o BNU transmitiu o seu aval para dar início à produção das notas de 50 escudos. As novas provas para 100 escudos foram recebidas a 20 de janeiro de 1959 e a devolução com a aprovação foi feita a dia 27.

A 27 de março de 1959, a casa fabricante comunicou que iniciara o primeiro de sucessivos embarques para transportar as notas encomendadas para Lourenço Marques. A primeira remessa de notas previa-se a sua chegada ao destino em meados do mês de maio. O último embarque foi efetuado a 14 de maio.

Estas notas começaram a circular em Moçambique em maio de 1959. No dia 20 de agosto, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização para pagamento das faturas referentes a este fornecimento.

Nesta emissão também foram identificadas notas com anomalias na sua impressão, como foi o caso de notas de 100 escudos reclamadas à TDLR por carta de 3 de março de 1960.

No mês de outubro de 1895, sentindo a pressão do avanço das forças portuguesas sobre o seu reino, Gungunhana tentava diplomaticamente salvar-se. Por um lado, alegando junto dos portugueses não conseguir deter os dois régulos foragidos. Ao mesmo tempo, tentava



junto dos líderes coloniais britânicos em Durban e na Cidade do Cabo, que protegessem o seu reino. Estes nada fizeram, de modo a não atentar contra a outra potência colonial.

Nesses finais do ano de 1895, a coluna do norte iria também participar em dois episódios históricos para o desfecho vitorioso da campanha: a batalha de Coolela e a tomada de Manjacaze.

Esta coluna era composta por cerca de 1.100 homens e estava liderada pelo coronel Eduardo Galhardo. Avançou para a capital angune, a 4 de novembro de 1895. Guiada por um aliado da tribo macuácu, alcançaram o pântano de Coolela no dia 7, a sul da capital. Aí, a coluna foi atacada pelos impis de Gungunhana com cerca de 12.000 homens. Estes eram comandados pelo cabo de guerra, Maguiguana. Gungunhana não comandou o ataque pois estava numa cerimónia mágica na floresta para garantir a vitória. No entanto, esta coube aos portugueses que repeliram as investidas e colocaram em fuga os sobreviventes.

Após o fogo da artilharia pesada sobre a povoação, a coluna portuguesa entrou em Manjacaze no dia 11 de novembro. Não encontrou qualquer resistência: as mulheres e os rebanhos tinham fugido logo no dia 5 quando tiveram notícia do avanço da coluna portuguesa; Gungunhana fugira também numa carroça, com alguns guerreiros para oeste. As palhotas foram mandadas incendiar pelo coronel Galhardo, bem como uma missão religiosa suíça acusada de cumplicidade. A coluna regressou ao Chicomo no dia 14. Após a captura da capital de Gaza, os régulos de várias etnias no baixo Limpopo assinaram tratados de vassalagem com os militares portugueses, contribuindo para a pacificação desta região.

A cavalaria do capitão Mousinho de Albuquerque, que ainda não tinha tido um papel determinante nestas conquistas militares, foi mandatada – dado o seu poder de mobilidade – por António Ennes à captura do inkosi Gungunhana e desferir o golpe final sobre Gaza. Para tal, a 10 de dezembro, nomeou-o governador do recém-criado distrito militar de Gaza. A necessidade por um desfecho célere também urgia, uma vez que a estação das chuvas começava a aproximar-se.

O posto militar de Lhanguene (na margem direita do Limpopo, a sudoeste de Manjacaze e que havia sido aberto por Freire de Andrade) obteve informações através de espiões onde se refugiara Gungunhana. Este tentava desesperadamente que os portugueses o poupassem e, para tal, entregou o régulo rebelde Mamatibejana a 13 de dezembro de 1895 nesse posto. Adicionalmente, continuou a enviar emissários a solicitar auxílio junto das autoridades no Transvaal e no Cabo.



Mousinho de Albuquerque chegou a este posto poucos dias depois. O régulo rebelde foi interrogado e, com as suas informações, a comitiva de captura foi formada. No dia 25 embarcou Limpopo acima. Durante a viagem, a coluna reuniu cerca de 2.000 homens, entre regulares europeus, auxiliares africanos e regulados vassalos. Gungunhana tentou retardar o avanço dos militares enviando ofertas de dinheiro, marfim e diamantes ao capitão, que continuava sem se deter – a captura do inkosi era o momento simbólico da guerra contra Gaza para poder declará-la como terminada.

Gungunhana tinha-se refugiado na povoação de Chaimite – local sagrado para os angunes e onde estavam sepultados os antepassados do inkosi inclusive o seu avô Manicusse, que havia estabelecido o reino de Gaza há cerca de 60 anos atrás, mas que naquele mês de dezembro de 1895 iria chegar ao seu fim.

No dia 28 de dezembro de 1895, Mousinho de Albuquerque decidiu entrar em Chaimite – data e nome que ficou a marcar a historiografia militar portuguesa nos muitos anos seguintes, por ser descrita como um feito meritório e exemplo da perseverança portuguesa. De tal maneira, que o próprio nome da povoação entrou no imaginário cultural português e aí permanecendo até finais do século XX.

Para que o feito do assalto à povoação fosse mais honrado, grandiloquente e dramático ao ser relatado em Lisboa, Mousinho de Albuquerque avançou somente com 45 soldados, 2 oficiais e 1 médico, todos portugueses e brancos – era um mecanismo para conferir uma conquista etnocêntrica e totalmente nacional de Moçambique. Os cerca de 250 a 300 guerreiros de Gungunhana não resistiram e aquele foi capturado. Um general e um tio do inkosi foram fuzilados no local, por terem liderado batalhas contra os portugueses. Gungunhana, um filho dele, dois outros tios e sete das suas mulheres foram amarrados e levados de regresso à canhoeira no Limpopo para voltarem a Lourenço Marques, transportando também o tesouro do inkosi.

A 19 de janeiro de 1896, o corpo expedicionário e o comissário régio António Ennes tinham regressado a Lisboa. Foram recebidos com todos os louvores e descritos como os novos conquistadores do século XIX. Este feito de dominação militar de Gaza influiu um espírito renovado pela colonização africana – que havia sido enfraquecido com o ‘ultimato britânico’ de 1890 –, um reforçar da confiança nas capacidades de exploração e conquista dos portugueses. As paradas que se fizeram nessa altura e a publicação de artigos laudatórios aos heróis da ocupação moçambicana para tal contribuíram.

Os prisioneiros de Mousinho de Albuquerque – que havia permanecido em Moçambique – foram colocados em exposição numa praça de Lourenço Marques, a 6 de janeiro de 1896.



De seguida, Gungunhana, o seu tio Molungo, o seu filho Godide, o régulo Mamatibejana, algumas mulheres do inkosi e deste último, foram embarcados para Lisboa, onde chegaram a 13 de março. Foram passeados pela capital como a atestarem a veracidade indesmentível da vitória portuguesa e da conquista de Moçambique. Em junho de 1896, Gungunhana e os restantes homens foram exilados para Angra do Heroísmo, onde aquele acabou por falecer a 23 de dezembro de 1906.

No dia 18 de março de 1961, o BNU solicitou à BWC que lhe fossem remetidos os desenhos-modelos que esta empresa havia submetido ao concurso para as notas de 100 escudos da ‘emissão Heróis da Ocupação’ de 1950. Esta emissão, na altura, acabaria por ter sido adjudicada à TDLR. No entanto, o BNU requereu a reapresentação daqueles para produção de nova emissão desse valor facial. Como entretanto haviam decorrido algumas alterações nesses dez anos de intervalo, o banco solicitou algumas atualizações nos desenhos: eliminação da palavra “Colónia”; novas assinaturas; novo emblema do BNU; nova data de emissão. Adicionalmente, e de modo a diferenciar estas novas notas das que estavam em circulação das emissões de 1950 e 1958 da casa concorrente, o BNU solicitou à BWC a aplicação de uma nova cor predominante: o verde-esmeralda. Para além disso, como em 1961 tinham surgido novos métodos de segurança fiduciária, foi também pedido que fosse introduzido uma rosácea transparente no centro das notas – o que fez com que a gravura da porta da fortaleza fosse retirada.

Este facto do BNU optar por recorrer aos serviços da BWC em detrimento da TDLR, quando esta última havia produzido as notas deste valor facial anteriormente, confirmam o estado de insatisfação que os responsáveis do banco estariam a ter com esta última. Esta atitude seria talvez justificada com os acontecimentos anómalos ocorridos na produção de notas desta e de outras emissões⁴. Para além disso, o detetar de algumas notas deficientes durante a circulação e atrasos na apresentação de provas de nota gerou também esta indisponibilidade para efetuar nova encomenda junto da TDLR.

A proposta para a BWC foi enviada no dia 17 de março de 1961. Esta respondeu com a atualização dos preços tendo em conta o custo do papel e o aumento do encargo com os salários dos trabalhadores. No entanto, propôs não cobrar o custo pela elaboração das novas gravuras – provavelmente para reter uma encomenda que pertencia a uma concorrente. Ainda assim, o preço por milhar manteve-se inferior ao orçamento das notas que este fabricante havia fornecido em 1953. Nesta proposta, a BWC sugeriu a introdução de um filete de segurança no papel que era então outra nova medida de prevenção contra a falsificação.

⁴ Existiram também anomalias registadas em emissões de outras ex-colónias, como foi o caso da ‘emissão Afonso de Albuquerque’ de 1959 para a Índia Portuguesa.



Assim sendo, a encomenda de 7 milhões de notas de 100 escudos ficou formalizada em carta enviada a 24 de abril de 1961, com o recapitular das condições da mesma e confirmando a data de emissão a exarar: «27 de Março de 1961» – data de aprovação em conselho de administração.

Numa novidade em relação às encomendas anteriores desta emissão, o BNU solicitou a 27 de abril que metade da encomenda fosse enviada para a cidade da Beira – o que atesta o crescimento da importância e do volume económico desta última no início da década de 1960s.

A 1 de agosto foram enviadas as provas definitivas para apreciação do banco. Este devolveu aprovadas no dia 7 do mesmo mas requerendo que a letra “C” do número de série surgisse mais nítida na estampagem final. Tal foi assentido no dia 28 pelo fabricante.

No dia 9 de fevereiro de 1962, a quantidade de 2 milhões de notas foram embarcadas em 26 caixas no vapor “South African Statesman” – sendo metade para desembarcar em Lourenço Marques e as restantes na Beira. O BNU recebeu esta confirmação no dia 16 do mesmo, com a documentação usual. No dia 6 de março foram embarcadas mais 1.500 mil notas em 20 caixas no “Braemar Castle”; 3.500 mil em 44 caixas no “Blue Master” (4 de maio), o que completou a expedição da encomenda.

Estas notas foram colocadas a circular em Moçambique, em agosto de 1962. No dia 22, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização ao correspondente londrino do BNU para o pagamento das facturas.

A 13 de março de 1896, pelos seus feitos militares, Mousinho de Albuquerque foi promovido a major e nomeado governador-geral de Moçambique.

No fim de março de 1897, ocorreu uma sublevação de tsongas – liderados possivelmente por Maguiguana, o cabo de guerra de Gungunhana. Estes mataram um pelotão de 10 soldados do forte de Balule (no coração de Gaza, a montante do Limpopo), quando estes se retiravam para o Chibuto (a jusante desse rio e mais próximo da costa). A confirmação da participação de Maguiguana surgiu quando este mandou matar a mãe de Gungunhana por esta ser contra a revolta.

Com o escalar da revolta, o governador interino de Gaza, requereu a intervenção do governador-geral, Mousinho de Albuquerque. Para tal, enviou para o Chibuto o novo governador para o distrito de Gaza, o capitão Manuel Gomes da Costa. Este, ao chegar à

⁵ Não será de descuidar o facto de terem passado quase 20 anos desde o fim da concessão da Companhia de Moçambique sobre os distritos de Manica e Sofala (nos quais a Beira era a cidade mais importante) e que o BNU, nesse tempo, se tinha implementado financeira e economicamente nessa região.



sede do distrito, a 25 de abril de 1897, mandou fortificar a povoação e que o serviço de canhoeriras patrulhasse a costa de modo a manter as comunicações até Lourenço Marques.

Maguiguana estava concentrado em Macontene, a poucos quilómetros oeste do Chibuto, na margem oposta do Changane. Gomes da Costa avançou para reconhecimento da região. Ambas as forças confrontaram-se em Macontene, a 22 de maio, durante cerca de cinco horas, sem quaisquer resultados tangíveis para qualquer uma das partes.

A 3 de julho, Mousinho de Albuquerque e o seu chefe de estado-maior, Aires de Ornelas, organizaram em Lourenço Marques uma coluna composta por cavalaria, infantaria e fuzileiros navais – cerca de 900 homens, entre soldados europeus, africanos e auxiliares. A comitiva chegou ao Chibuto a 15 de julho. A 21 de julho de 1897, a coluna partiu para atacar as forças de Maguiguana em Macontene, onde iria desenrolar-se a última batalha histórica da campanha do sul de Moçambique.

Na planície exterior a Macontene, a 2.500 metros da povoação, ocorreu o embate entre os impis (cerca de 5.000 homens) e as forças portuguesas que receberam-nos em formação de quadrado. Após sustar a primeira vaga de assalto, Mousinho de Albuquerque e a sua cavalaria carregaram sobre os revoltosos que colocaram-se em fuga. Macontene foi tomada e incendiada pelos portugueses.

Maguiguana fugiu mas acabou por ser alcançado no dia 10 de agosto, depois de não ter conseguido atravessar a fronteira para o Transvaal. No local de Mapulanguene (a dez quilómetros da fronteira), Maguiguana ainda resistiu e feriu um oficial, mas acabou traspasado por uma lança de um intérprete negro de Lourenço Marques. Mousinho de Albuquerque mandou cortar a cabeça ao cabo de guerra revoltoso; os vários irmãos e sobrinhos de Gungunhana que o acompanhavam foram encarcerados e enviados para a fortaleza da ilha de Moçambique.

A 8 de setembro, a coluna foi dissolvida e o distrito de Gaza era considerado pacificado e qualquer existência de poder nos angone – ou de qualquer outra etnia – no distrito foi eliminada.

A 31 de maio de 1966, a filial do BNU de Lourenço Marques manifestou a necessidade de receber notas do valor facial de 500 escudos que estariam em falta. No entanto, em informação interna de 22 de junho, o Serviço de Circulação Fiduciária (SCF) contrapôs a alternativa em se redistribuir notas dessa denominação que estavam em excesso noutras dependências moçambicanas e o recurso em maior escala das notas de 100 escudos que existiam com maior volume em caixa. Além disso, foi também implementada a medida de aconselhar os clientes a utilizarem cheques visados (então com pouca aceitação na ex-



colónia) na compra de matéria-prima junto da «população indígena», para que estes os trocassem por numerário nas repartições da Fazenda aquando do pagamento dos seus impostos. Esta informação revela a forma singular de um dos aspetos em como a vida económica decorria em Moçambique, bem como as sugestões de condicionamento do seu funcionamento por via dos seus agentes financeiros – neste caso, o BNU.

Decorrido cerca de um ano, numa informação de 21 de março de 1967, o SCF consentiu no novo pedido de reforço de notas de 500 escudos. Adicionalmente, propôs que o mesmo também fosse feito para a denominação de 100 escudos, de modo a que se substituíssem a totalidade destas notas da emissão de 1958 produzidas pela TDLR.

Após resposta da BWC de 7 de abril, o BNU firmou o pedido de encomenda para 700 mil notas de 500 escudos em carta de dia 22. Seguindo sugestão do fabricante, o BNU solicitou a introdução de um filete de segurança no papel destas notas e aceitou o respetivo acréscimo no preço do orçamento. Tendo em conta esta alteração, foi também aproveitado para se atualizar a data de emissão, que passou a estar exarada «22 de Março de 1967». Foram também introduzidas novas assinaturas de administradores entretanto nomeados, que foram enviadas em carta selada de 24 de junho.

As provas gravadas com as alterações pedidas chegaram ao banco a 23 de agosto de 1967. A aprovação destas foi remetida ao fabricante a 2 de setembro.

No dia 14 de novembro, a quantidade encomendada de notas foi embarcada em 7 caixas no vapor “S.A. Merchant” para Lourenço Marques. O BNU recebeu esta confirmação no dia 11 de dezembro.

Estas notas foram colocadas a circular em Moçambique em janeiro de 1968. No dia 13 de fevereiro, foi comunicado à casa fabricante que havia sido dada autorização ao pagamento das faturas.

Apesar das opções pela BWC, o BNU detetou em novembro de 1968, notas de 500 escudos com ausências de impressão de alguns elementos, o que motivou a sua reclamação junto do fabricante. Este validou a reclamação e comunicou os números de série envolvidos na anomalia reportada.

A pacificação portuguesa do sul de Moçambique teve, após a batalha de julho de 1897, o seu culminar. As autoridades coloniais começaram a adotar uma política de contenção inicial preventiva, na qual, qualquer pequena sublevação de régulos era contida e os seus líderes eram encarcerados na ilha de Moçambique ou desterrados para outras colónias portuguesas.



A pacificação a sul do rio Save pode ser interpretada pelos feitos militares que aí ocorreram e pela filosofia de exílio que os portugueses seguiram posteriormente. No entanto, existiram outros fatores.

As diferenças em termos de táticas militares e poderio do arsenal bélico, que eram favoráveis às forças portuguesas, compensavam a sua inferioridade numérica face às forças que os rebeldes africanos movimentavam. Perante a formação em manga (com formato de meia-lua para envolver os opositores) dos impis de Gaza, os portugueses – que seguiram sempre a formação em quadrado – tiveram também a superioridade de possuírem artilharia pesada que dizimava rapidamente o avanço daquelas. Adicionalmente, em muitas batalhas, os militares portugueses contaram também com o apoio da sua supremacia naval nos rios e na costa.

A cidade de Lourenço Marques e o seu progresso económico serviu também de polo de atracção e aglutinador das populações africanas, oferecendo-lhes o bem-estar para que aceitassem a soberania dos portugueses. Esta cidade, que passou a ser capital da colónia a partir de 1 de dezembro de 1898, era, nessa época, cosmopolita com várias ligações marítimas e, principalmente, ferroviárias com as outras colónias da África austral com as quais se teciam muitas trocas comerciais de matéria-prima e mão-de-obra. Todo este crescimento no sul de Moçambique fez com que esta cidade contribuísse para o desmembramento social das tribos dessa região, atraindo as populações para as suas várias ofertas profissionais e sociais.

Não será de descurar a hipótese histórica da pressão das forças políticas e económicas do Transvaal e do Natal. Estes, devido à sua necessidade crescente em utilizar o porto natural de Lourenço Marques, requeriam a consequente pacificação da região para a harmonização das comunicações e dos negócios entre as várias fronteiras. Desta maneira, através das suas pretensões de ocupação da região, pressionaram os portugueses a avançar mais rapidamente na conquista do sul de Moçambique – em detrimento de outros distritos da ex-colónia – de modo a evitarem que tal sucedesse. Posteriormente, quando a campanha de pacificação estava em curso, as suas posições de negação de auxílio aos angunes e aos tsongas, contribuíram também para a vitória final das forças militares portuguesas.

Esta campanha militar gerou, historicamente, personagens e lugares que entraram no imaginário português. E mesmo na época em que se desenrolou, os seus orquestradores (António Ennes em particular) tinham a consciência que estas ações militares tinham como objetivo final, não só a conquista da então colónia mas, mais importante ainda, a revitalização internacional da imagem do país e, por consequência, o reforço do brio e da noção de nacionalidade entre os portugueses.



Esta pacificação do sul da então colónia foi também o ponto de partida para a ocupação e apaziguamento do interior dos outros distritos do norte. Apesar de terem apresentado um maior grau de complexidade militar e ocupacional, durante os anos seguintes as autoridades portuguesas trabalharam para a real ocupação dos distritos de Moçambique, de Cabo Delgado e da grande Zambézia (distritos de Quelimane, Tete e Sofala). Inclusive, três das figuras que participaram na campanha do sul também intervieram nas várias campanhas contra os namarrais (sub-grupo da etnia macua) do distrito de Moçambique: Mousinho de Albuquerque, Aires de Ornelas (que continuava como seu chefe do estado-maior) e Eduardo da Costa.

Não deixa de ser curioso e, em simultâneo, usual no mediatismo que é conferido a alguns episódios históricos enquanto se omitem ou resumem-se outros. Tal é o caso da campanha de pacificação do sul de Moçambique que, tendo começado no ano de 1894, a região estava controlada militarmente 3 anos depois. Em oposição, os outros distritos setentrionais presenciaram campanhas militares portuguesas até 1913 e 1914 (Moçambique e Cabo Delgado), tendo iniciado na mesma altura que a campanha contra Gaza; e, no caso da grande Zambézia, registam-se as primeiras expedições militares em 1857 e a região somente foi considerada pacificada em 1902 pelo governador João de Azevedo Coutinho⁶. A mais curta duração da campanha do sul de Moçambique fez com que a historiografia portuguesa e os meios de comunicação a valorizassem e evocassem (livros técnicos, biografias, artigos de imprensa escrita, filmes, documentários), ao passo que as restantes campanhas moçambicanas não tiveram tanta visibilidade nem os seus intervenientes foram tão glorificados: Massano de Amorim, o governador do distrito de Moçambique que concluiu o processo de pacificação iniciado por Mousinho de Albuquerque e Eduardo Costa, não teve a projeção nem o mediatismo conferido àqueles.

Este episódio dos ‘Heróis da Ocupação’ serve também de testemunho exemplificativo de como a nacionalidade é ensinada e projetada nas populações, através de recursos históricos que, quando aplicados na esfera da sociedade, tendem a ser seletivos e adaptados para uma mais clara assimilação pelo público em geral.

Tal foi o exemplo das sucessivas ‘emissões Heróis da Ocupação’ para Moçambique: 1950, 1953, 1958, 1961 e 1967. Foram assim denominadas para traduzir a ocupação e pacificação no século XIX da então colónia. Mas na realidade, as suas efígies e gravuras reportam somente para a ocupação militar do sul de Moçambique – que foi uma campanha que correu mais em conformidade para os portugueses e, por isso, mais facilmente evocável para os valores apregoados pelo Estado Novo do que deveria ser a “gesta de uma nação”.

⁶ Que, curiosamente, também figurou como efígie numa emissão do BNU de 1970 para Moçambique.



De qualquer das formas, esta emissão permite a interpretação e o recordar deste período oitocentista de Moçambique.

Para além disso, o seu processo de encomenda e conceção que atravessa cerca de duas décadas da vida bancária do BNU em Moçambique, permite identificar alguns elementos na evolução desta.

Um desses pontos é a diminuição no volume de comunicações que era trocada entre o banco e a casa fabricante. À medida que os pedidos de encomenda se sucedem no tempo, as trocas de cartas e telegramas começaram a ser em menor número, o que atesta a evolução e rapidez dos meios de comunicação, bem como o simplificar do processo de encomenda.

Um pormenor presente é o das relações empresariais e dos fatores que determinam a sua persistência ou a sua perenidade. Como é o caso da concorrência entre as duas casas fabricantes inglesas, a BWC e a TDLR, à vista dos seus processos de encomendas com o BNU. Apesar da principal condição para a escolha de um concorrente num concurso para uma encomenda (neste caso, de uma emissão de papel-moeda) ser identificada, nestas comunicações, como sendo o orçamento mais barato, a fiabilidade e a confiança são também qualidade que impõem a continuidade de uma relação comercial. O gradual detrimento da TDLR pela BWC nestas ‘emissões Heróis da Ocupação’ comprova este mecanismo de escolha. Tanto mais que nas encomendas que o BNU realizou no seu período de existência, a BWC afirmou-se como o seu parceiro comercial mais requisitado.

As duas décadas de sucesso junto do público moçambicano destas emissões e a forma como estas notas tiveram de ser distribuídas pelas duas cidades com maior projeção económica da então colónia (Lourenço Marques e Beira), são também um paralelismo tanto com o processo da sua encomenda como com a evolução da ocupação portuguesa de Moçambique. Se no primeiro caso, as notas que eram somente expedidas para a capital moçambicana, no sul da colónia, para mais tarde também terem de ser embarcadas diretamente para a Beira, mais a norte; no segundo caso, a campanha de ocupação que se iniciou no sul do país, foi posteriormente expandida para norte, distrito a distrito.

Nuno Fernandes Carvalho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Março de 2014



Galeria de imagens



1. Eduardo da Costa em nota de 50 escudos de 1958



2. Aires de Ornelas em nota de 100 escudos de 1950



3. Foto original para gravura da porta da fortaleza da ilha de Moçambique



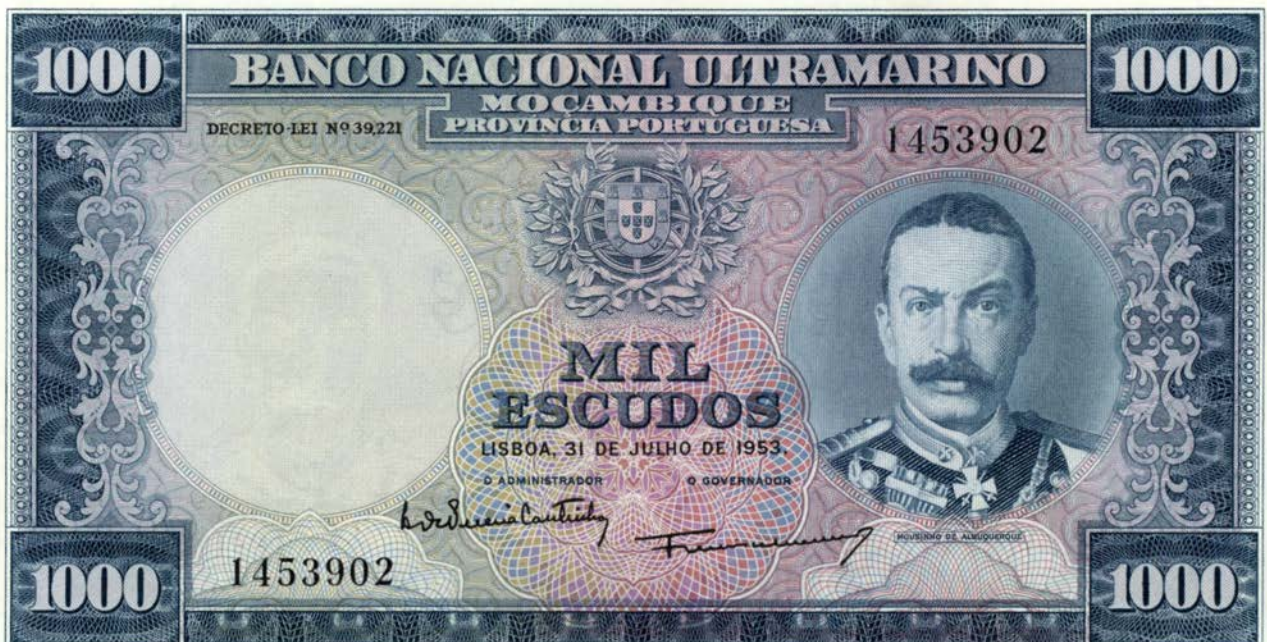
4. Porta da fortaleza da ilha de Moçambique em verso de 100 escudos de 1950



5. Foto de Freire de Andrade ponderado como efígie para uma das notas



6. Caldas Xavier em nota de 500 escudos de 1953



7. Mousinho de Albuquerque em nota de 1000 escudos de 1953



8. Verso de 1000 escudos de 1953



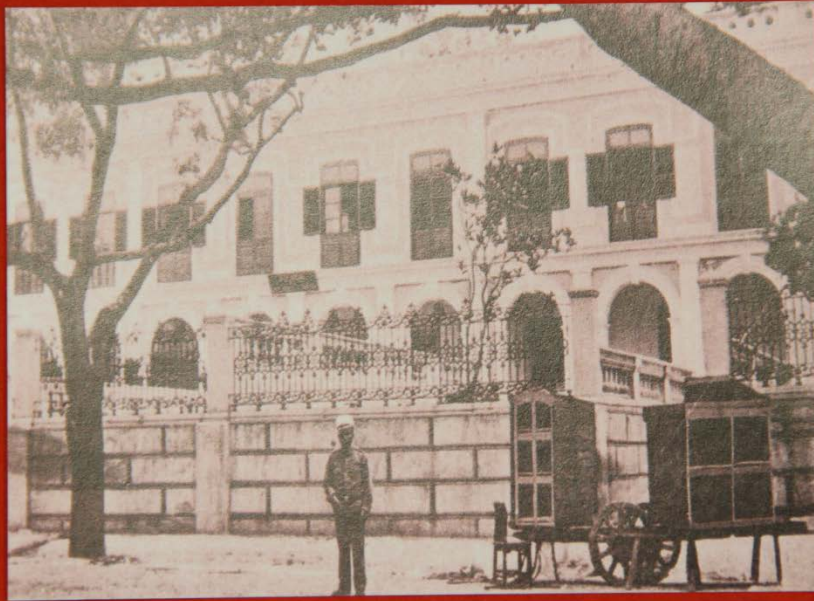
9. Nova versão da nota 100 escudos de 1961 com Aires de Ornelas



10. Nova versão do verso da nota de 100 escudos de 1961



4. Notas emitida pelo BNU como Instituto Emissor de Macau 1981



5. Edifício onde funcionou o BNU entre 1902 e 1906



6. Edifício onde funcionou o BNU entre 1906 e 1926



7. Edifício mandado construir pelo BNU e aí funcionou a partir de 1926



8. Aspeto atual do edifício após obras de expansão concluídas em 1997